

Dificuldade para marcar consulta faz pacientes correrem para pronto-atendimento, onde 80% dos casos são de consultórios

Urgência, mas por falta de opção

LUIZ RIBEIRO E MARINELLA CASTRO

Efeito colateral do longo caminho até o consultório do médico, os hospitais funcionam como um [ímã que atrai usuários, atendendo desde casos graves até um grande volume de sintomas simples que poderiam ser resolvidos longe da urgência. A procura errada por esse serviço faz crescer a superlotação dos hospitais, agravada em períodos como o outono-inverno. Em reportagens publicadas desde domingo, o Estado de Minas mostrou o tempo de espera, que pode chegar a cinco horas, para usuários de convênios médicos em unidades de urgência e emergência da capital, assim como a demanda reprimida de leitos para internação.

Pesquisas do setor revelam que as unidades de emergência estão desviadas de sua função principal. Até 80% dos atendimentos de uma unidade de urgência deveriam estar sendo tratados no consultório do médico. Levantamento da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), com usuários de 25 a 75 anos das classes A, B e C, aponta a dificuldade da marcação de consulta como um dos fatores que levam usuários às urgências. Outra questão é a ausência de médicos que atendam à noite ou no fim de semana.

E essa é a queixa de usuários em BH e no interior. Segundo eles, marcar consulta não é um procedimento simples, apesar de normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pre-

ver sete dias para atendimento de um pediatra e 14 dias para consultas com especialistas. Ramon Abjaud, auxiliar administrativo, acompanha a mulher, Scarlet O'Hara, que com frequência recorre ao hospital com dores renais. Para ele, ser atendido pelo médico no consultório seria melhor, mas não há marcação rápida. "Geralmente o tempo de espera com o especialista é de 40 dias."

O baixo número de profissionais credenciados pelos planos é um fator que dificulta a assistência aos beneficiários também em cidades como Montes Claros e outros municípios do Norte de Minas, sobrecarregando as urgências. "Em Montes Claros, o prazo médio para marcar consulta com um médico especialista é de um mês. No caso de ortopedia, são dois", diz a servidora pública Márcia Gomes Veloso, que ontem à tarde procurou um pronto-atendimento. "Já estou aguardando aqui na porta há três horas. Se demorar muito, vou desistir", disse Márcia, que estava sentindo dores no corpo.

VIA-CRÚCIS Kelly Cristina de Aguiar, cliente de um plano de saúde, conta que recentemente precisou de um médico pediatra e não encontrou em nenhum hospital da cidade profissional que atendesse pelo seu convênio. Ligou para o plano, que a orientou que pagasse particular. Procurou um hospital onde a consulta custava R\$ 150. "Eram 8h30 e me disseram que teria que esperar

até as 13h30 para conseguir a consulta." Mesmo pagando o convênio, ela acabou optando por procurar o atendimento pelo SUS. A técnica judiciária Shirley Cardoso enfrentou o mesmo problema em Montes Claros e diz que consulta pelo convênio com pediatra só esperando um mês.

Moradores de pequenos municípios do Norte de Minas enfrentam dificuldades ainda maiores diante da carência de médicos em suas cidades. O agente de saneamento Manoel Almeida tem o convênio médico-hospitalar, mas ontem precisou sair da cidade onde mora – Itacarambi, de 17,8 mil habitantes, no Vale do Rio São Francisco – e viajar 220 quilômetros até Montes Claros para conseguir uma consulta com um neurologista para a filha Yasmim, de 1 ano, que apresenta convulsões.

Segundo a ANS, o consumidor que não conseguir marcar consulta dentro dos prazos estipulados pela agência deve denunciar, já que a operadora que não atender dentro da regra pode ter planos suspensos, sofrer intervenção técnica e até ter o registro cancelado. Mesmo com a norma, em janeiro, a ANS suspendeu a venda de 225 planos de saúde no país, de 28 operadoras. Os planos não cumpriram os prazos máximos para marcação de consultas.



Shirley diz que marcar consulta pediátrica em Montes Claros leva um mês